

Resgatando a Essência das Operações de Informação na Guerra Convencional

Ten Cel Carlos Eduardo de Matos Barboza, Exército Brasileiro
Maj Luís Henrique Vighi Teixeira, Exército Brasileiro





(Foto de Felix Mittermeier, <https://unsplash.com/photos/nAjl1z3eLk>)

O bom combatente sempre força o inimigo a permanecer passivo e não o deixa ter influência sobre si.

—Sun Tzu, *Da Arte da Guerra*, séc. VI a.C.

O entendimento sobre o que são as Operações de Informação (Op Info) e qual a sua finalidade varia consideravelmente entre os integrantes do Exército Brasileiro (EB). Em se tratando de um tipo de Operação Complementar¹, é fato que sua importância e o potencial de colaboração com as demais operações, na Era da Informação, ainda não foram devidamente percebidos por uma parcela dos militares brasileiros. No entanto, isso não é um problema exclusivo de nossa Força. Gorkowski aponta os mesmos problemas no Exército dos Estados Unidos da América (EUA), uma das principais referências da doutrina da Força Terrestre brasileira: “Pergunte a cinco comandantes de batalhão ou de brigada o que são operações de informação e como elas podem ajudá-los, e você terá cinco respostas diferentes e confusas”².

A confusão aumenta quando adicionamos ao jargão militar outros termos como Operações de Apoio à Informação³, Operações Psicológicas (Op Psc), Comunicação Estratégica, “corações e mentes”, Capacidades Relacionadas à Informação (CRI), apoio da população, narrativa dominante e tantos mais, potencialmente mal compreendidos e até mesmo confundidos por vezes como sinônimos de Op Info. Nesse sentido, este artigo visa a esclarecer conceitos e definições relativos às Op Info e compreender as suas origens no combate convencional, conforme a doutrina militar brasileira, apresentando possíveis causas que dificultam seu pleno entendimento e apontando um caminho para sua melhor compreensão.

A Decisão como Propósito

No duelo do “choque de vontades”, a sequência de decisões — algumas mais acertadas outras menos — definirá o resultado da batalha. Assim, “aquele que conseguir tomar e implementar decisões acertadas mais rapidamente ganhará a vantagem decisiva, pois influenciará o ambiente antes que o oponente possa usar as informações disponíveis para tomar decisões”⁴.

Tal é a importância da decisão que muitos esforços são dedicados à construção de conceitos, processos e metodologias de apoio a ela. Fatores da decisão; exame de situação; linhas de ação; matriz de decisão; processo de integração terreno, condições meteorológicas, inimigo e considerações civis; e processo decisório são termos e expressões associados à tomada de decisões rápidas, acertadas e oportunas⁵.

O principal insumo para a construção da decisão é a “informação”. Parte da dificuldade de entendimento do conceito de Op Info está em não reconhecer que o foco desse tipo de Operação é a “informação” e o seu objetivo primordial, a “decisão”.

John Richard Boyd foi um piloto de caça norte-americano na Guerra da Coreia. Formulou a teoria de que, para vencer o adversário, era preciso interferir no seu ciclo “observação – orientação – decisão – ação” (OODA) e realizar o ciclo completo mais rapidamente que o oponente (veja a figura 1)⁶. A ideia era empregar manobras ágeis, súbitas e inesperadas para fazer com que o inimigo estivesse sempre tentando adivinhar suas intenções e para confundí-lo, atrasando, assim, seu processo decisório, de maneira a



(Fonte: EB20-MC-10.205 *Comando e Controle*, 1ª ed. [Brasília: 2015], 2-7)

Figura 1. Ciclo OODA

torná-lo incapaz de prever a posição de sua aeronave. O conceito foi generalizado como uma teoria da guerra e deu origem à apresentação “Patterns of Conflict”, divulgada pela primeira vez na década de 1970, popularizando o que hoje é conhecido como ciclo OODA.

O manual de campanha do Exército Brasileiro “Comando e Controle” descreve o modelo de Boyd⁷. Na fase *observar*, é percebido o cenário onde se deseja atuar e se está inserido, captando o maior número possível de estímulos. Na fase *orientar-se*, é produzida uma imagem mental da nova situação, consolidando e interpretando as percepções e formulando as linhas de ação a serem apresentadas ao decisor. Na fase *decidir*, o comandante toma decisões, baseado no cenário formado na fase anterior e nas possíveis linhas de ação. Na fase *agir*, são implementadas as ações decorrentes da decisão tomada, alterando a situação do ambiente operacional e iniciando um novo ciclo de Comando e Controle (C²).

De acordo com esse manual, em combate, há uma interação entre os ciclos decisórios oponentes, em que a velocidade e a clareza da informação configuram-se como grandes influenciadores sobre a decisão. Assim, o comandante que antes completar o ciclo influencia o cenário e, conseqüentemente, as decisões do outro lado, fazendo com que o oponente tenha de interromper e refazer seu ciclo, obtendo, assim, vantagem competitiva. No entanto, a velocidade em decidir não será, por si só, suficiente para garantir a efetividade e o sucesso de uma força. Uma percepção inadequada ou incompleta do ambiente, fruto de informações analisadas incorretamente, compromete o sucesso pela falta de qualidade e não pela velocidade⁸.

Origem do Conceito de Operação de Informação

Segundo Christopher Lowe, ao longo da Guerra Fria, e mais acentuadamente ao final dela, o aumento da dependência nas comunicações radioeletrônicas e nos computadores introduziu uma nova vulnerabilidade: a função de combate Comando e Controle estava sujeita a ataques através do espectro eletromagnético⁹. Nesse mister, o exército soviético foi o primeiro a identificar a vantagem potencial associada a atacar o sistema de comunicações de um inimigo, interrompendo seu comando e controle.

Em 1974, os soviéticos adotaram uma doutrina conhecida como Combate Radioeletrônico (CRE) para obter essa vantagem. O CRE integrou uma combinação de meios disruptivos e destrutivos, incluindo o bloqueio de sinal e a destruição física de nós críticos. A interrupção dos fluxos de informação radioeletrônica pretendia paralisar ou desorientar a ação militar adversária. Segundo Lowe, “a característica mais notável do CRE era sua ênfase na integração, o que implicava a combinação simultânea de múltiplos meios de proteção e disruptivos em um ‘todo maior que a soma de suas partes’, em apoio ao esquema de manobra”¹⁰.

Em 1979, as Forças Armadas norte-americanas responderam ao CRE com uma doutrina própria, conhecida como Contramedidas de Comando, Controle

e Comunicações (*Command, Control and Communication Countermeasures* — C3CM). Abarcando ações de destruição física, interferência, segurança de operações¹¹ e dissimulação, a C3CM compartilha os fundamentos da

O Ten Cel Cav Carlos Eduardo de Matos Barboza, do Exército Brasileiro,

desempenha, atualmente, a função de adjunto da Seção de Operações da 10ª Região Militar, Fortaleza-CE. Serviu, anteriormente, como oficial de operações no 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista e no 3º Regimento de Carros de Combate. Comandou o 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado e participou da Missão das Nações Unidas no Sudão e Sudão do Sul. Foi Comandante de Força-Tarefa Subunidade na Operação São Francisco — Força de Pacificação VII (Complexo da Maré – Rio de Janeiro). É bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN 2000) e mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO 2008). Concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior.

O Maj Inf Luís Henrique Vighi Teixeira, do Exército Brasileiro,

desempenha, atualmente, a função de adjunto da Seção de Operações da 2ª Divisão de Exército, São Paulo-SP. É bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN 2001) e mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO 2009). Concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior e é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos (PPGCM/IMM/ECEME).

doutrina soviética, incluindo seus principais elementos, sua ênfase na integração das ações e os efeitos desejados no comando e controle do inimigo¹².

Posteriormente, em 1993, o Departamento de Defesa dos EUA reformulou a doutrina C3CM, mudando seu nome para Guerra de Comando e Controle (*Command and Control Warfare — C2W*) e adicionando como ferramenta as Op Psc, uma capacidade adicional que se mostrou útil para quebrar os fluxos de informação do inimigo durante a Primeira Guerra do Golfo. Em parte, isso se deu como reconhecimento de que os apelos à rendição contribuíram para a “cegueira” dos tomadores de decisão adversários durante a Operação *Desert Storm*¹³.

Cerca de 87 mil soldados iraquianos se renderam quando forças de Operações Psicológicas dos EUA atacaram unidades iraquianas com panfletos, mensagens de alto-falantes e transmissões de rádio. A rendição iraquiana generalizada e a deserção, sem dúvida, incapacitaram o comando e controle iraquiano, privaram o alto-comando iraquiano de seus “olhos e ouvidos”, contribuíram para o moral baixo e reduziram a capacidade de resposta tática¹⁴.

A revolução informacional e o consequente debate sobre seus impactos nos assuntos militares levaram a uma nova reformulação da doutrina C2W. Em meados da década de 1990, o Estado-Maior Conjunto divulgou a Publicação Conjunta 3-13.1, *Doutrina Conjunta*

para a Guerra de Comando e Controle (C2W) (JP 3-13.1, *Joint Doctrine for Command and Control Warfare* [C2W]). Nela, “a C2W efetiva fornece ao Comandante da Força Conjunta (*Joint Force Commander — JFC*) a capacidade de moldar a compreensão do comandante adversário sobre a situação no teatro de operações e permite que o JFC processe informações através do ciclo de decisão de C² mais rapidamente do que um comandante adversário”¹⁵, contribuindo assim para a Superioridade de Informação¹⁶.

Na sequência, um novo termo — Operações de Informação — logo transformaria a doutrina C2W. Em agosto de 1995, o Exército dos EUA lançou o Panfleto 525-69, *Conceito para Operações de Informação* (TP 525-69, *Concept for Information Operations*), do Comando de Instrução de Doutrina (*Training and Doctrine Command — TRADOC*)¹⁷. Assim, o conceito de Op Info endossou a lógica presente no CRE soviético, na C3CM e na C2W. Todas essas doutrinas tornaram o fluxo e o processamento das informações do campo de batalha um objetivo de guerra.

Em 1996, o Exército dos EUA publicou o Manual de Campanha 100-6, *Operações de Informação* (FM 100-6, *Information Operations*)¹⁸. No centro dessa nova doutrina estava um conceito antigo: a integração das capacidades militares para interromper ou degradar o comando e controle de um adversário. Esse conceito foi incorporado na doutrina militar terrestre brasileira, no Manual de Campanha EB20-MC-10.213, *Operações de Informação*¹⁹. No ano seguinte, passou a



C2W é o uso integrado de Operações Psicológicas (Op Psc), dissimulação militar, segurança das operações, Guerra Eletrônica (GE) e destruição física, mutuamente apoiadas pela inteligência, a fim de negar informações para, influenciar, degradar ou destruir as capacidades de C2 do adversário, enquanto protege as capacidades amigas contra tais ações. C2W é uma aplicação da Guerra de Informações nas operações militares e é um subconjunto dela. [...] O apoio de Op Psc para a C2W deve estar em conformidade com o plano global de apoio de Op Psc do Comandante Conjunto; no entanto, o foco vai ser adaptado para públicos-alvo de alto valor relacionados ao C2.

—Joint Publication 3-13.1, *Joint Doctrine for Command and Control Warfare* (1996), I-4 e II-3 (tradução dos autores)

As Operações de Informação (Op Info) consistem na atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na Dimensão Informacional.

—EB20-MC-10.213, *Operações de Informação* (2014), 3-1

Operações de Informação – Ações coordenadas que concorrem para a consecução de objetivos políticos e militares. Executadas com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão. Atuam sobre os campos cognitivo, informacional e físico da informação do oponente, e, também, sobre os processos e os sistemas nos quais elas trafegam, ao mesmo tempo em que procuram proteger forças amigas e os respectivos processos e sistemas de tomada de decisão.

—MD35-G-01, *Glossário das Forças Armadas* (2015), p. 196



constar também do MD35-G-01, *Glossário das Forças Armadas*, com algumas diferenças no texto²⁰.

No manual norte-americano FM 100-6, a nova doutrina incluía *Public Affairs* (PA) (equivalente à Comunicação Social da doutrina brasileira) e *Civil Affairs* (Assuntos Cíveis, ou As Civ) como elementos complementares de Op Info. Conforme afirma Lowe, assim como a inclusão anterior de Op Psc dentro da C2W, a adição de Comunicação Social (Com Soc) às Op Info parece estar enraizada nas lições amplamente aceitas da Guerra do Golfo, particularmente no que diz respeito ao fluxo de informação, não apenas através, mas também além do campo de batalha²¹. A guerra demonstrou a onipresença e o poder da mídia, que alcançou audiências globais, principalmente por meio de notícias de emissoras transmitidas via satélite. Isso, a doutrina reconhecia, “pode afetar dramaticamente a direção estratégica e o alcance das operações militares”²². Nesse sentido, a adição da Com Soc buscou proteger decisores contra as influências negativas da mídia.

Por sua vez, a atividade de As Civ foi considerada importante para as Op Info por causa de sua capacidade de interagir com as principais organizações, autoridades e indivíduos no ambiente informacional, servindo como mais um sensor; por exemplo, o

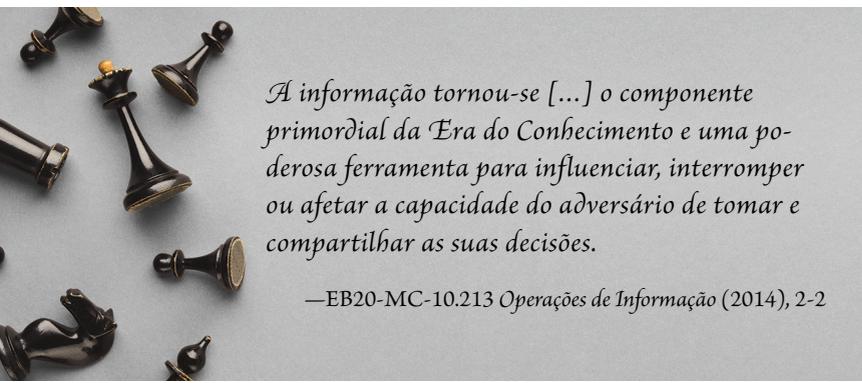
relacionamento tradicional dos As Civ com ONGs e organizações privadas, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Segundo o FM 100-6, o pessoal de As Civ tinha “um papel complicado e importante no fornecimento de informações durante o ciclo de inteligência e o ciclo de planejamento operacional”²³. Além disso, o acesso da atividade de As Civ a atores internacionais e populações civis significava que poderia servir para preservar e moldar os fluxos de informação, tanto na área internacional quanto local, ambientes públicos de comunicação.

A partir da configuração de um contexto de baixa probabilidade de confronto com o antigo inimigo soviético, os EUA entraram no século XXI vivenciando uma série de operações de contrainsurgência e contraterrorismo, em um ambiente complexo e ambíguo, com um inimigo difuso. Naturalmente, essas novas demandas trouxeram às Op Info um foco centrado na população, ao mesmo tempo em que se esqueciam quase completamente os elementos de comando e controle do adversário, presentes na doutrina²⁴. Assim, durante as operações de manutenção da paz na Bósnia e no Kosovo e nas contrainsurgências do Iraque e Afeganistão, as forças do Exército dos EUA procuraram as Op Info como um meio para influenciar as ideias, sentimentos e atitudes das populações civis.

Desfazendo a Generalização e a Incompreensão

Dessa forma, nas operações de manutenção da paz e nas contrainsurgências, as forças do Exército dos EUA acreditavam que essa doutrina expandida de Op Info poderia fornecer uma vantagem. Entretanto, nessas peculiares operações, as forças inimigas, lutando no que Smith denominou de “guerra no meio do povo”²⁵, adotaram, largamente, estratégias deliberadas que vieram a testar a própria lógica das Op Info, a lógica do fluxo de informações e do processo decisório. Insurgentes, terroristas e elementos criminosos, operando em redes pequenas e descentralizadas, abaixo do chamado “limiar da discriminação”, e com muita astúcia em vez de alta tecnologia, tornaram a ruptura dos seus ciclos decisórios um tanto irrelevante, se não impossível aos norte-americanos.

Ao mesmo tempo, esses inimigos assimétricos representavam pouca ou nenhuma ameaça ao comando e controle das forças conjuntas. Nesse contexto, ganhar “corações e mentes” tem sido, nas últimas duas décadas, a tarefa de informação por excelência, o que, por vezes, é motivo das generalizações e incompreensões conceituais observadas nos Exércitos que se pautam na doutrina norte-americana como referência. O Cel Mark Vertuli afirma: “No decorrer de vários anos de operações de paz, contrainsurgência e contraterrorismo, o Exército mudou o foco de uma ênfase de comando e controle para uma abordagem mais centrada na população, uma abordagem ‘corações e mentes’²⁶”.



A informação tornou-se [...] o componente primordial da Era do Conhecimento e uma poderosa ferramenta para influenciar, interromper ou afetar a capacidade do adversário de tomar e compartilhar as suas decisões.

—EB20-MC-10.213 *Operações de Informação* (2014), 2-2

Claro, há de se considerar que as operações terrestres ocorrem em um ambiente operacional dominado por civis, sendo que sua presença não pode ser ignorada. No entanto, quando se visualiza uma situação de guerra convencional, em primeiro lugar, o adversário deve ser derrotado.

Outro importante ponto de confusão conceitual refere-se à integração das CRI. A doutrina define as Op Info como o emprego integrado das CRI — Com Soc, Op Psc, Guerra Eletrônica (GE), Guerra Cibernética, Inteligência e outros recursos²⁷. No entanto, para o claro entendimento e para que não se confundam as CRI e sua integração com as Op Info propriamente ditas, a discussão deve começar pelo propósito destas últimas. O foco deve estar na informação e no papel das Op Info, e não nas CRI. Estas últimas são apenas as ferramentas utilizadas para atuar na informação. Toda vez que se desvia o foco para uma CRI, individualmente, perde-se de vista o propósito das Op Info e generaliza-se o uso do termo, que passa a ser utilizado para designar qualquer atividade que tenha a ver com “informação”, independentemente de seu propósito. Por exemplo, como destacado acima, nos dias atuais, o foco em Op Psc nos conduz a pensar no apoio da população, mas sem considerar a finalidade da conquista desse apoio. Assim, passa-se a chamar de Op Info toda atividade que antes era apenas designada pelo nome da CRI, incorrendo assim em uma generalização.

A definição de Op Info na doutrina se distancia bastante das CRI quando consideradas individualmente, pois estas são limitadas e podem ter diversos outros propósitos além das Op Info. Assim, a interpretação da definição da doutrina, mais abrangente e focada em efeitos, com ênfase na finalidade das

Op Info, é a mais indicada. Nesse contexto, Lowe afirma que não é de surpreender que comandantes e operadores de informações tenham confiado fortemente na incorporação das Op Psc, Com Soc e As Civ, uma vez que são essencialmente um meio de comunicação com o público²⁸. Assim, percebe-se uma reinterpretação da doutrina, sendo que aqueles que contam com experiência nas guerras irregulares no Afeganistão e no Iraque são especialmente propensos a entender as Op Info em termos de relações públicas e comunicação estratégica, apesar do *design* cibernético da doutrina e seu claro foco no adversário.

Observam-se os embates recentes, nas mídias sociais, relacionados a temas políticos, ideológicos e culturais. Além disso, em virtude da distorção do conceito, do viés centrado na população, a “guerra da



Momento de tomada de decisão do Comandante Militar do Sudeste durante o Exercício de Simulação Construtiva/Jogo de Guerra do CMSE, realizado em São Paulo, 1-4 Out 2019, mostrando a influência das informações no Ciclo OODA. (Foto do 3º Sgt Emmanuel Vargas da Costa, Exército Brasileiro)

história” e o “controle da narrativa” são agora frases comuns no léxico das Op Info. Gorkowski chega a questionar a importância dada ao apoio da população, quando aquela é desprovida de uma análise das influências no combate²⁹. Esse autor defende que os esforços das Op Info devem, na verdade, ser focados em influenciar o que o adversário faz ou deixa de fazer, ou seja, em moldar seu comportamento.

Para melhor esclarecer, é válido diferenciar mudança de atitude e mudança de comportamento, conceitos da psicologia social. Como a atitude é uma intenção de se comportar de uma certa maneira, a intenção pode ou não ser consumada, dependendo da situação ou das circunstâncias. Mudanças nas atitudes de uma pessoa podem demorar muito para causar mudanças de comportamento que, em alguns casos, podem nem chegar a ocorrer³⁰. Portanto, a atitude hostil não afetará as operações militares enquanto não se transformar em comportamento hostil. Assim, deve-se ter em mente que “apoio da população”, como um fim em si mesmo, distancia-se dos conceitos clássicos das Op Info, pois pode ser desprovido de efeitos no processo decisório

e não é necessariamente orientado para o inimigo. Isso não significa uma maior ou menor importância desse tipo de apoio em uma operação, mas sim que tal condição é basicamente o produto de uma CRI, e a sua priorização ou não deve estar a serviço do planejamento mais amplo e complexo da operação como um todo.

Na verdade, o foco principal das Op Info são os tomadores de decisão adversários ou os processos envolvidos na tomada de decisão. A atividade para influenciar um público maior pode ser mais apropriadamente denominada de “Comunicação Estratégica”.

A Comunicação Estratégica pode ser definida como a “abordagem conjunta de governo, impulsionada por processos interagências e de integração de esforços focados em comunicar eficazmente a estratégia nacional”³¹. É um conceito mais abrangente e dirigido a outros públicos-chave, tendo como foco a perspectiva cognitiva do ambiente informacional. Em

contrapartida, as Op Info constituem-se em uma função integradora especificamente destinada a operações militares, dirigida contra o inimigo e seu processo de tomada de decisão, podendo atingir sua perspectiva cognitiva, lógica ou física do ambiente informacional.

Modelo Conceitual das Operações de Informação

As decisões são produzidas de acordo com as percepções que os tomadores de decisão formam do ambiente operacional, seja em sua dimensão física, humana ou informacional, sendo essas interpretações passíveis de influências diversas (veja a figura 2). O Manual de Campanha EB20-MC-10.213, *Operações de Informação*, do Exército Brasileiro, apresenta a seguinte explicação: “A dimensão informacional é o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas no qual tomadores de decisão são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação. [...] Muitos dos efeitos na vontade são atingidos na dimensão informacional que apoia a decisão”³².

Para a compreensão de como os tomadores de decisão obtêm, produzem, difundem e atuam sobre a informação, o EB20-MC-10.213 divide a dimensão informacional do ambiente operacional em três perspectivas inter-relacionadas: a perspectiva física, a lógica e a cognitiva.



(Fonte: EB20-MC-10.213 *Operações de Informação*, 1ª ed. [Brasília: 2014], 2-3)

Figura 2. As Dimensões do Ambiente Operacional

A perspectiva física remete ao que é tangível da dimensão informacional, incluindo os seres humanos, infraestruturas de apoio, sistemas de comando e controle (C²), computadores, jornais, livros, *smartphones*, etc. A perspectiva lógica (ou virtual) engloba onde e como as informações são obtidas, produzidas, armazenadas, protegidas e difundidas, como, por exemplo, o espectro eletromagnético ou o espaço cibernético. Ela liga o mundo físico com a consciência humana. A perspectiva cognitiva abrange as mentes daqueles que têm a responsabilidade de obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação. É onde os indivíduos processam a informação recebida, de acordo com um conjunto particular de crenças individuais e culturais, normas, motivações, emoções, identidades e ideologias. Até o momento, a perspectiva cognitiva não pode ser atacada diretamente (a não ser por droga ou substância psicotrópica), mas pode ser influenciada indiretamente³³.

As ligações entre as perspectivas da dimensão informacional são demonstradas com setas na figura 3, ilustrando o ciclo decisório. O ciclo decisório amigo, em relação ao ciclo decisório do oponente, pode ser visualizado como na figura 4. A compreensão desses conceitos e do processo decisório é fundamental para que se possa entender, com precisão, a definição e as atividades das Op Info, que são representadas na figura 4, atuando sobre ambos os ciclos decisórios, em quaisquer das perspectivas da dimensão informacional, influenciando, interrompendo, corrompendo ou manipulando o processo de tomada de decisão do adversário, enquanto protege o próprio.

Integração e Sincronização das CRI

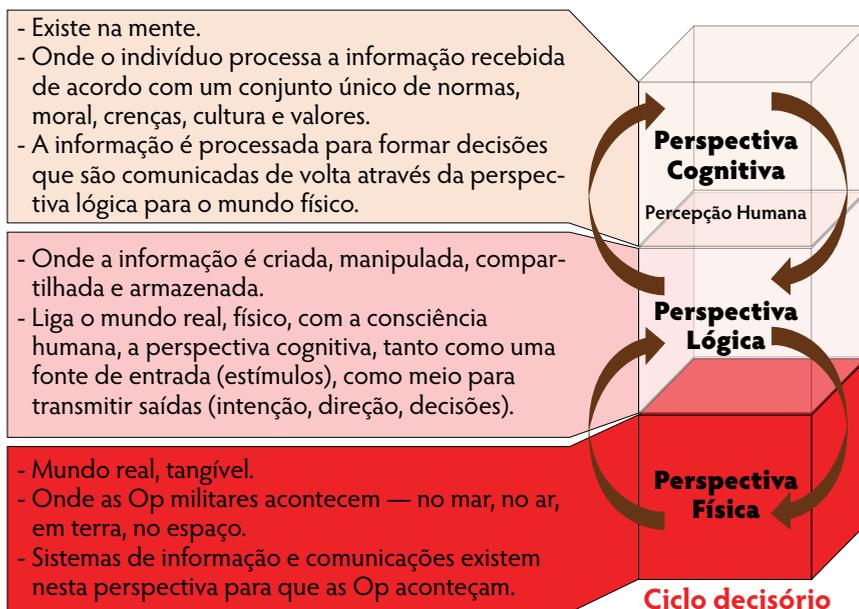
Um bom exemplo do emprego integrado e sincronizado das CRI nas Op Info foi visto no conflito da Ucrânia, em que a Rússia utilizou com sucesso a desinformação, induzindo para que a comunidade internacional desconfiasse da informação que estava recebendo, ao mesmo tempo em que debilitava a capacidade de resposta ucraniana por meio de operações no espaço cibernético, GE e Op Psc. Essa interferência causada pela guerra de informação russa causou uma confusão capaz de paralisar os tomadores de decisão ocidentais, o que ficou evidente no fato de que a Rússia conseguiu alcançar seus objetivos estratégicos e políticos antes que os líderes

ocidentais pudessem dar uma resposta oportuna³⁴.

Individualmente, as CRI possuem diversas utilidades. Seus operadores, em boa parte delas, são elementos especializados que desempenham atividades diversas e com finalidades distintas, atinentes às suas áreas de conhecimento específicas. Permanecem isoladas boa parte do tempo. A utilidade do poder coletivo da guerra de informação não é maximizada senão com a integração dessas capacidades.

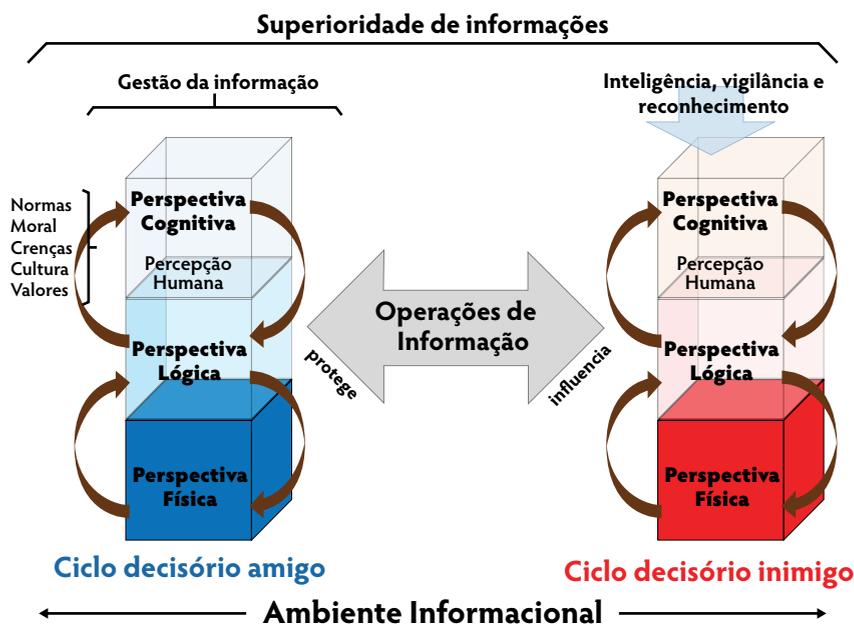
Deve-se compreender, no entanto, que as Op Info não se limitam ao emprego de uma lista taxativa de CRI integradas. As Op Info são uma função integradora de capacidades, sejam elas quais forem, devendo ser utilizadas com vistas a efeitos na dimensão informacional e no processo decisório. A definição não é limitante. As ferramentas utilizadas são tão mais variadas quanto maior for a criatividade do comandante e de seu Estado-Maior.

Por sua vez, sincronização é o ato de colocar duas ou mais coisas para interagirem com perfeita harmonia e ao mesmo tempo, tornar sincrônico, combinar movimentos para que se deem no mesmo momento. A sincronização não deve ser entendida somente como necessária à integração das capacidades. A doutrina do Brasil prevê que as Op Info devem apoiar de forma global a consecução dos objetivos estabelecidos para uma campanha militar, sendo que suas atividades devem ser detalhadamente incorporadas e coordenadas com as demais ações previstas nas operações³⁵. Isso significa sincronizar as Op Info com a manobra.



(Fonte: U.S. Army War College, Center for Strategic Leadership, *Information Operations Primer: Fundamentals of Information Operations*, p. 2, <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a509052.pdf>. Quadro traduzido e adaptado pelos autores.)

Figura 3. Perspectivas da Dimensão Informacional



(Fonte: U.S. Army War College, Center for Strategic Leadership, *Information Operations Primer: Fundamentals of Information Operations*, p. 3, <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a509052.pdf>. Quadro traduzido e adaptado pelos autores.)

Figura 4. Operações de Informação e Ciclo Decisório

Um exemplo emblemático disso é a confecção do desenho operacional*, ferramenta do planejamento conceitual das operações, que promove a unidade de esforço ao ajudar o comandante e seu estado-maior a integrar e sincronizar forças militares e capacidades para o atingimento do estado final desejado. Sem o uso do desenho operacional, campanhas e operações correm o risco de ser um conjunto de eventos desconexos.

Na elaboração e aplicação dessa ferramenta, a sincronização da Op Info com a manobra é refletida no seu posicionamento, no tempo e no espaço, em relação às linhas de operação e linhas de esforço. A Op Info pode ocorrer em apoio à conquista de qualquer ponto decisivo ou objetivo presente nas linhas de operação/esforço. Ainda, em determinadas fases de uma campanha militar, o esforço principal pode ser exercido inclusive pelas Op Info.

Portanto, as Op Info não devem ficar restritas a uma única linha de esforço. Se assim for, segregar-se-iam suas atividades em relação ao restante da manobra, contrariando os preceitos de integração e sincronização. Porém, não são raras as vezes em que planejadores nomeiam uma linha de esforço como “linha de esforço Op Info”. Essa abordagem segregacionista é uma das causas da dificuldade de integração do planejamento da célula de Op Info com a célula de operações, acarretando a inobservância do princípio da unidade de esforço.

Conclusão

Este artigo se propôs a adotar um caráter informativo no sentido de auxiliar a compreensão do que vem a ser o conceito e as definições de Op Info na doutrina militar terrestre brasileira. Para tal, partiu do processo histórico de evolução desse tipo de operação complementar. Nesse contexto, abordou a discrepância entre o conceito original de Op Info e as diversas práticas atuais. Mas será que isso importa? Não está a doutrina em constante mutação, evoluindo e absorvendo mudanças conforme as necessidades apresentadas pelo mundo real?

Expor essas divergências ajuda a evitar alguns riscos. Podem-se perder algumas oportunidades ao limitar o poder de “influenciar” a uma restrita

lista de atividades, tais como Op Psc e Com Soc, produzindo-se efeitos sobre o inimigo também limitados, a despeito dos esforços dispendidos. Se as Op Info forem associadas à ideia de que servem para ganhar uma disputa de narrativas, é bem provável que as forças terrestres, quando necessário, não estejam preparadas para empregá-las como originalmente concebidas ou em seu pleno potencial.

A era do conhecimento abriu novas oportunidades para manipular, influenciar ou interromper o processo decisório não só do inimigo, mas de todo ator relevante ou público com um interesse no resultado de um conflito. Mesmo que o uso da informação como arma tenha ocorrido desde os primeiros conflitos da humanidade, a revolução tecnológica mudou substancialmente os meios e métodos utilizados na guerra informacional.

Assim, sistemas de informação tornaram-se vulneráveis, e essa vulnerabilidade não se aplica somente aos componentes físicos e lógicos desse sistema, mas também à cognição humana que deles fazem parte. Isso reforça a necessidade cada vez maior de se compreender as Op Info, seus usos e suas ferramentas, principalmente no intuito de bem operá-las e de capacitar todos os militares da força para que se mantenham bem informados, pois, nesse duelo, cada militar com sua percepção e sua mentalidade, independentemente de sua posição ou função no campo de batalha, se constituirá em um ponto forte ou fraco para a sua Força.

Em síntese, é preciso desfazer o paradigma reducionista de que as Op Info são somente um meio para influenciar populações civis. As Op Info são, em sua essência, destinadas a produzir um efeito no adversário, conduzidas para obter uma vantagem relativa para os tomadores de decisão. Os comandantes duellam, direcionando recursos para a coleta de informações com o intuito de melhor compreender a situação e obter as informações necessárias para tomar uma decisão oportuna e mais acertada, sendo que aquele que fizer esse contínuo processo de forma mais eficaz e rápida, estará em vantagem. Assim, o objeto das Op Info é a informação, independentemente das capacidades, ações ou técnicas empregadas para afetá-la ou protegê-la. Por isso, é mais fácil entender as Op Info a partir da visualização de seu propósito, antes mesmo da seleção de suas ferramentas.

[*Cf. “concepção operativa” no EB, EB20-MC-10.211, *Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres*, <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/86/1/EB20-MC-10.211.pdf> — N. do T.]

Por fim, conclui-se que, ao possibilitarem a proteção de nosso processo decisório ao mesmo tempo em que prejudicam o do inimigo, as Op Info contribuem para a manutenção da iniciativa nas ações, obrigando o adversário a estar sempre em atitude reativa

frente à atuação de nossas tropas. Assim, para que as Op Info sejam bem-sucedidas nesse mister, devem ser operações integradas, bem compreendidas, sincronizadas com a manobra e providas dos recursos e da prioridade necessários. ■

Referências

Epígrafe. Sun Tzu, *Da Arte da Guerra*, trad. do Prof. Dr. Yan Kee Wing (Rio de Janeiro: Mauad X, 2011), cap. VI, p. 36.

1. Exército Brasileiro, EB70-MC-10.223 *Operações*, 5ª ed. (Brasília, 2017).
2. Justin Gorkowski, "US Information Operations in Large-Scale Combat Operations: Challenges and Implications for the Future Force", In Mark Vertuli e Bradley Loudon (ed.), *Perceptions are Reality: Historical Case Studies of Information Operations in Large-Scale Combat Operations* (Fort Leavenworth, Kansas: Army University Press, 2018), p. 18 (tradução dos autores).
3. Denominação antiga das Operações Psicológicas.
4. Exército Brasileiro, EB20-MC-10.205 *Comando e Controle*, 1ª ed. (Brasília, 2015).
5. Ministério da Defesa do Brasil, MD35-G-01 *Glossário das Forças Armadas*, 5ª ed. (Brasília, 2015).
6. John Boyd, "Patterns of Conflict", 1986, acesso em 22 jul. 2019, <http://www.ousairpower.net/JRB/poc.pdf>. Esse autor formulou a *Energy Maneuverability (E-M) Theory*. Entrando e interferindo no loop decisório do adversário, cria-se uma desordem e estresse mental. Assim, "he who can handle the quickest rate of change survives".
7. Ibid.
8. Ibid.
9. Christopher Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas: the Meaning and Misunderstanding of Information Operations" (monografia, Fort Leavenworth, KS : United States Army Command and General Staff College, 2010), acesso em 22 jul. 2019, <https://www.hsdl.org/?view&did=815758>.
10. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas", p. 7 (tradução dos autores).
11. *Operations Security (OPSEC)*: A segurança de operações é uma capacidade que identifica e controla informações críticas, indicadoras das ações das forças amigas nas operações militares, e incorpora contramedidas para reduzir o risco de um inimigo explorar as vulnerabilidades. O processo de segurança de operações reduz os riscos associados a vulnerabilidades, negando informações críticas e indicadores observáveis. Tem por finalidade aumentar as chances de sucesso da missão por meio da preservação do segredo e da surpresa.
12. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas".
13. Ibid.
14. Ibid., p. 26 (tradução dos autores).
15. Joint Publication (JP) 3-13.1, *Joint Doctrine for Command and Control Warfare (C2W)* (Washington, DC: Government Printing Office [GPO], 1996), V, acesso em 23 jul. 2019, http://www.iwar.org.uk/rma/resources/c4i/jp3_13_1.pdf.
16. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas".
17. U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet 525-69, *Concept for Information Operations* (Washington, DC: GPO, 1995), acesso em 23 jul. 2019, <http://www.iwar.org.uk/iwar/resources/tradoc/p525-69.htm>.
18. Field Manual (FM) 100-6, *Information Operations* (Washington, DC: GPO, 1996), acesso em 23 jul. 2019, <https://www.hsdl.org/?view&did=437397>.
19. Exército Brasileiro, EB20-MC-10.213 *Operações de Informação*. 1ª ed. (Brasília: 2014).
20. MD35-G-01 *Glossário das Forças Armadas*.
21. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas".
22. FM 100-5, *Operations* (Washington, DC: GPO, 1993), apud FM 100-6, *Information Operations* (Washington, DC: GPO, 1996b), 1-3 (tradução dos autores), acesso em 23 jul. 2019, <https://www.hsdl.org/?view&did=437397>.
23. FM 100-6, *Information Operations* (Washington, DC: GPO, 1996), 2-5 (tradução dos autores), acesso em 23 jul. 2019, <https://www.hsdl.org/?view&did=437397>.
24. Vertuli e Loudon, *Perceptions are Reality*.
25. Rupert Smith, *A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno*, 1ª ed., trad. Miguel Mata (Lisboa: Edições 70, 2008).
26. Mark Vertuli, "Introduction", In Vertuli e Loudon, *Perceptions are Reality*, p. XV (tradução dos autores).
27. Esses outros recursos incluem, entre outros: dissimulação militar, ataque físico, Segurança das Operações, As Civ, atividades da Geoinformação, Câmera Tática e análise das Considerações Civas.
28. Lowe, "From Battle to the Battle of Ideas".
29. Gorkowski, "US Information Operations".
30. Sérgio Biagi Gregório, "Atitude e Comportamento", Sérgio Biagi Gregório, abr. 2002, acesso em 11 aug. 2020, <http://www.sergiobiagi.gregorio.com.br/palestra/atitude-e-comportamento.htm>.
31. EB20-MC-10.213 *Operações de Informação*, 4-4.
32. Ibid, 2-3.
33. U.S. Army War College, Center for Strategic Leadership, *Information Operations Primer: Fundamentals of Information Operations*, AY09 ed. (Carlisle, PA: 2009), acesso em 23 jul. 2019, <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a509052.pdf>.
34. Vertuli e Loudon, *Perceptions are Reality*.
35. EB20-MC-10.213 *Operações de Informação*.